

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O DESEMPENHO ESCOLAR E PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA: Um estudo de caso do Programa Bolsa Família na Escola Estadual
Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho

Bolsista: Sammya Danielle Florencio dos Santos, CNPQ

MANAUS
2012

O DESEMPENHO ESCOLAR E PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA: Um estudo de caso do Programa Bolsa Família na Escola Estadual
Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB – SA/0083/2011

O DESEMPENHO ESCOLAR E PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA: Um estudo de caso do Programa Bolsa Família na Escola Estadual

Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho

Bolsista: Sammya Danielle Florencio dos Santos, CNPQ
Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Selene Baçal de Oliveira

MANAUS
2012

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas e foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação – GPPE/ Cnpq

LISTA DE SIGLAS

ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BVCE	Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVJ	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PTR	Programas de Transferência de Renda
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação

RESUMO

Este relatório final analisa o Programa Bolsa Família (PBF) — principal programa de transferência de renda direta do Brasil — e sua relação com o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho. Assim, buscou-se compreender se o PBF tem contribuído para melhoria do desempenho escolar desses alunos ao mesmo tempo em que procura identificar as estratégias escolares para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes nas disciplinas de Português e Matemática. Os procedimentos metodológicos utilizados nessa investigação foram: levantamento bibliográfico sobre a legislação do Programa Bolsa Família para compreender o papel da educação nessa ação social, entrevistas semiestruturadas com a direção da escola, questionário com os professores, assim como aplicação de formulários aos alunos pertencentes ao Programa. A pesquisa revelou que o benefício do PBF tem contribuído no desempenho escolar dos alunos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Desempenho Escolar; Educação; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This final report examines the Bolsa Família Program (PBF) - main program of direct income transfer from Brazil - and its relation to the academic performance of elementary school students in the State School Teacher Maurity Antonio Monteiro Coelho. Thus, we sought to understand whether the PBF has contributed to improving the academic performance of these students while it seeks to identify strategies for improving the school performance of school students in the disciplines of mathematics and Portuguese. The methodological procedures used in this research were: literature on the law of the Bolsa Família Program to understand the role of education in this social action, semi-structured interviews with the school board, the teachers questionnaire, as well as application forms to students belonging to the Program . The research revealed that the benefit of PBF has contributed in the performance of pupils.

Keywords: Family Grant Program, School Performance, Education, School Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
4.1 Histórico da Escola.....	16
4.2 PBF e desempenho escolar.....	19
5. Considerações Finais.....	25
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	26
7.REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

O Desempenho Escolar tem sido um tema de inúmeras discussões no âmbito da política educacional. O Ministério da Educação - MEC tem como meta alcançar, até 2022, a nota 6 (seis) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Atualmente, o desempenho escolar é avaliado nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental a partir do segundo ano do ensino fundamental, através da Provinha Brasil, que visa diagnosticar o nível de alfabetização dos alunos, sendo possível verificar as dificuldades encontradas nas áreas de leitura e escrita no início da educação básica. A Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, avalia os alunos do 5º (quinto) e 9º (nono) ano da rede pública. Esse instrumento é aplicado a cada dois anos e está direcionado a cada unidade escolar em busca de avaliar as habilidades dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

Os resultados obtidos nas provas são reflexos das dificuldades enfrentadas pela maior parte dos alunos, pois “já sabemos que a maioria dos alunos das escolas públicas têm hoje desempenho baixo. A explicação mais fácil para este fato é atribuí-lo às características socioeconômicas dos estudantes” (BRASIL, 2008, p. 9). Dessa forma, faz-se necessário a ação de políticas públicas que ofereçam a esses estudantes e às suas famílias condições de ultrapassarem a situação de pobreza.

No âmbito das Políticas Públicas, o Programa Bolsa Família – PBF se constitui na principal ação de transferência de renda para atenuar a condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Pois sabe-se que o quadro das desigualdades sociais dificulta o acesso e a permanência das crianças e adolescentes à escola. Dessa forma, a questão que norteia a presente pesquisa é: o Programa Bolsa Família (PBF) tem contribuído para melhorar o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental na escola pública da cidade de Manaus?

Tem-se como objetivo geral da investigação analisar o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho, e tem-se como objetivos específicos:

- discutir as estratégias desenvolvidas pela escola para aumentar o desempenho escolar dos alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família;
- analisar o desempenho escolar dos alunos do quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho;

- avaliar se o Programa Bolsa Família tem contribuído para a melhoria do desempenho escolar dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática.

As finalidades do Programa Bolsa Família demonstram a preocupação em alcançar a população em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da política de focalização nesses grupos sociais. E considerando que um dos graves problemas da educação brasileira é o baixo desempenho escolar devido principalmente às dificuldades socioeconômicas das famílias, a ideia de discutir o impacto do Programa Bolsa Família no processo de escolarização dos alunos do ensino fundamental deve-se à importância que essa ação social tem na permanência dos alunos na escola.

A pesquisa constitui-se em um estudo de caso, visto que na escola investigada constatamos um percentual significativo de alunos pertencentes ao PBF. Nossa abordagem é de natureza qualitativa, uma vez que a adoção desse procedimento metodológico nos possibilita a apreensão do movimento histórico da realidade que está sendo investigada. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico sobre a legislação do Programa Bolsa Família para compreender o papel da educação nessa política social. Além disso, a ideia foi fundamentar a pesquisa a partir do estudo da literatura existente sobre Programas de Transferência de Renda com condicionalidades vinculadas à educação. No momento seguinte, conhecemos as ações desenvolvidas pela Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho no sentido de melhorar o desempenho dos alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família. Posteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com a diretora e questionário com os professores que ministram as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental da referida escola. Em seguida, iniciamos a aplicação de formulários com os alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) ano para verificar a relação entre o Programa Bolsa Família e o desempenho escolar.

Na primeira parte do relatório é realizada a discussão sobre a temática, fundamentando a pesquisa a partir dos principais autores que discutem o tema. Posteriormente são descritos os procedimentos metodológicos da investigação, em seguida é apresentada a análise dos dados da pesquisa, e na sequência são apresentados os resultados finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As primeiras discussões sobre Programas de Transferência de Renda no Brasil iniciaram por volta dos anos de 1990. Esses programas buscam reduzir significativamente a pobreza e a extrema pobreza, podendo ser entendidos como “programas de transferência de dinheiro com o objetivo principal de assegurar um nível de consumo mínimo aos titulares de direitos” (KUNNEMAN, 2009, p.15).

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2008), os Programas de Transferência de Renda (PTR), a partir de 2003, passaram por algumas mudanças, dentre as quais destaca-se:

o início do que passamos a considerar o Quinto Momento do desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no país. Esse momento é marcado por mudanças quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas na direção da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda, de abrangência nacional. (SILVA, YAZBEK & GIOVANNI, 2008, p. 99).

Para os autores, a implementação dos atuais programas nacionais voltados para o enfrentamento da pobreza representa uma importante medida no campo das políticas sociais, visto que indica a possibilidade de universalização dos direitos de cidadania.

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal ação de transferência de renda do governo federal. Foi criado em outubro de 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pela “Medida Provisória nº 132/2003, [...] regulamentada por meio da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Essa posteriormente foi regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004” (OLIVEIRA, 2009, p. 10). O PBF é resultado da unificação de quatro programas federais de transferência de renda direta: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e posteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O Programa Bolsa Família iniciou beneficiando 3,6 milhões de famílias em 2003 (SILVA, 2008). Atualmente segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional, sua gestão é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios.

Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa¹.

O PBF concebe o enfrentamento da fome e da pobreza a partir de três dimensões, a saber: promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda; o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação por meio do cumprimento das condicionalidades; e a implementação de programas complementares para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre as gerações. De acordo com a legislação do Programa, os objetivos delimitados dizem respeito: ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; ao combate a fome e à promoção da segurança alimentar e ao estímulo a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

As condicionalidades do PBF exigem a contrapartida das famílias, e dizem respeito à educação, saúde e assistência social. Em relação à educação é obrigatória a matrícula dos alunos nas escolas públicas e a frequência escolar, e através dessa condicionalidade a educação ganha centralidade no Programa Bolsa Família. Exige-se a frequência mínima mensal de 85% para as crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos, e 75% aos estudantes entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos. Entende-se que a condicionalidade exigida pelo PBF funciona como um mecanismo de indução para que os alunos permaneçam na escola, além disso, “diversos estudos mostram que os retornos econômicos às crianças que continuam a frequentar a escola são relativamente grandes e propiciam a oportunidade de que elas escapem da pobreza” (MDS, 2007, p.13). Assim, para os idealizadores do Programa, é possível elevar o nível de escolaridade da população brasileira e contribuir com o desenvolvimento do país (NUNES, NASCIMENTO & SILVA, 2007).

Além disso, o Programa também requer a frequência regular das crianças menores de 7 anos aos postos de saúde com a manutenção dos cartões de vacina e a frequência das mulheres gestantes aos exames de rotina. No que se refere à assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos de idade, em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Peti devem ter frequência mínima mensal de até 85% nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti. O poder público é responsável de fazer o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades e identificar o motivo do não cumprimento das mesmas, se houver.

¹ Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 19/12/2011.

Os valores dos benefícios do Programa Bolsa Família podem variar de R\$32 a R\$306 de acordo com as características das famílias, e os benefícios dividem-se em quatro tipos: Benefício Básico, Benefício Variável, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE).

De acordo com o censo de 2010 a população brasileira é de 190.755.799 (cento e noventa milhões setecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e nove) pessoas, desse total 13.530.036 (treze milhões quinhentos e trinta mil e trinta e seis) famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em Manaus, conforme o censo 2010, a população é de 1.802.525 (um milhão oitocentos e dois mil quinhentos e vinte cinco) pessoas e desse total 108.646 (cento e oito mil seiscentos e quarenta e seis) famílias são beneficiadas pelo PBF². No estado do Amazonas, o Programa Bolsa Família beneficia 322.170 (trezentos e vinte dois mil cento e setenta)³ famílias.

O Programa Bolsa Família configurou um novo cenário no âmbito das políticas educacionais e sociais, pois a unificação de vários programas federais contribuiu para diminuir a fragmentação das ações governamentais. Embora sejam perceptíveis algumas limitações do Programa, como o baixo valor do benefício, é possível dizer que o PBF “representa sem dúvida, um avanço para a política social brasileira, marcada historicamente por grande diversidade de programas fragmentados, desarticulados, insuficientes e descontínuos” (SILVA & LIMA, 2010, p. 36).

Segundo Silva e Lima, o PBF pode ser “considerado, na sua caracterização e na sua dimensão quantitativa, o maior programa social implementado no Brasil pela abrangência geográfica, pelo total de famílias atendidas e pelo significativo montante de recursos nele alocado” (2010, p. 28).

Dessa forma, o Programa assume um papel de extrema relevância por seu alcance às famílias pobres e extremamente pobres, na medida em que a sua perspectiva é contribuir para o desenvolvimento da autonomia financeira das famílias. Daí, a importância de os órgãos competentes manterem as famílias informadas e atualizadas sobre o Programa Bolsa Família, seus direitos e deveres.

² Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/mdsemnumeros>. Acesso em 07/01/2012

³ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/bolsa-familia-inclui-novos-beneficiarios-em-maio>>. Acesso em 19/05/2012.

A gestão descentralizada do Programa Bolsa Família permite que a União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhem entre si as decisões do PBF⁴. Considera-se, porém, que se faz necessária a articulação desses entes federados para promoverem políticas de geração de emprego e renda, assim como é fundamental o poder público ampliar os recursos para a melhoria da qualidade do ensino público.

Políticas públicas que buscam diminuir a pobreza, combater a exclusão social e o trabalho infantil ao promoverem condições para que crianças e adolescentes permaneçam na escola em período escolar são alternativas encontradas para propiciar melhores condições de renda, assistência e inclusão social às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). No entanto, a garantia do acesso à escola, unicamente, não assegura a esse grupo qualidade na aprendizagem, bom desempenho escolar e nem leva à inclusão social, como aponta Campos (2003), que, em relação à educação, em especial, pondera a questão da inclusão e exclusão:

Por envolver fortes aspectos simbólicos, a falta de acesso à educação é um fator poderoso na determinação das situações de exclusão. Além disso, dependendo de como se vive a escolaridade, a garantia de acesso, por si só, não leva a inclusão social; a qualidade da aprendizagem, as condições de socialização no ambiente escolar podem, ao mesmo tempo que incluem alguns, contribuir para excluir outros, tanto objetivamente, pelas oportunidades diminuídas ou negadas, como subjetivamente, pela vivência de experiências de rejeição social e de não reconhecimento de identidade (CAMPOS, 2003, p. 24).

Nesse sentido, Campos (2003) esclarece que o acesso à educação pode ou não determinar a situação de inclusão e exclusão das crianças e adolescentes em idade escolar, mas que também se fazem necessárias políticas que propiciem aprendizagens significativas, visando à qualidade social da educação já que reflete no desempenho escolar dos beneficiários do Bolsa Família.

Nesse contexto, Oliveira (2009) observa que a obrigatoriedade da frequência escolar exigida pelos programas de transferência de renda ainda não resulta em imediata mudança na trajetória escolar das crianças pobres. No formato do Programa Bolsa Família, as condicionalidades representam um mecanismo de indução a rede de serviços públicos. A contrapartida relacionada ao desempenho escolar das crianças e adolescentes é uma discussão em curso que tem demandado muitas controvérsias na esfera educacional.

⁴ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada>. Acesso em 20/01/2012

Atualmente, tramita no Senado Federal o projeto de lei do Senado n. 247/2009, que propõe a vinculação do Programa Bolsa Família com o desempenho escolar das crianças e adolescentes. Para Waltemberg (2010) uma das motivações do projeto diz respeito a inexistência de condicionalidades que busquem elevar o nível de escolaridade do aluno, visto que o PBF só exige a frequência escolar. Contudo ele também destaca que:

Tal projeto constitui um claro equívoco. [...] Como política educacional, o projeto é de eficácia duvidosa e repousa sobre princípios éticos controversos. Como política social, pode ser visto como uma mudança de rumo na direção errada – ao optar por um tipo de condicionalidade de natureza perversa – ou pura e simplesmente como um retrocesso – ao introduzir mais condicionalidades, quando um eventual aprimoramento do Programa Bolsa Família (PBF) requereria menos contrapartidas. Por qualquer ângulo, o projeto é, no mínimo, questionável.

Para o autor, não é através de novas condicionalidades que o Programa Bolsa Família será aprimorado. Deve-se levar em consideração a responsabilidade que a criança terá por ser responsável de elevar a renda de sua família, além dos prejuízos emocionais e psicológicos que isso poderá acarretar, caso a criança seja pressionada pela família para conseguir o benefício, ou caso não obtenha um bom desempenho escolar.

Sabemos que a situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil é acentuada, e que a causa fundamental dessa realidade é a desigualdade social e desigualdade na repartição da renda. Sobre o assunto, Silva, Yazbek e Giovanni (2008) defendem que “há de se considerar que a causa fundamental da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição da renda e da riqueza socialmente produzida mais do que a incapacidade de geração de renda” (p. 202).

A concentração de riquezas para uma pequena parcela da população no Brasil é enorme. Por esse motivo, “o Bolsa Família é um Programa que se orienta pela focalização em famílias consideradas pobres ou extremamente pobres” (SILVA e LIMA, 2008, p. 50). Porém sabe-se que se fazem necessárias políticas públicas que propiciem condições para as famílias pobres e extremamente pobres superar essa situação, pois “tem-se uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada” (SILVA E LIMA, 2008, p.52), nesse sentido Yazbek (2012) também assinala que “a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento” (pag. 294). Devido o alto índice de pobreza no Brasil ser um caso antigo, os recursos e serviços voltados para seu enfrentamento devem, de fato, superar essa situação.

É necessário destacarmos também que as pesquisas realizadas sobre o PBF revelam alguns limites estruturais do Programa que precisam ser discutidos e solucionados, pois a pobreza não se reduz somente à falta de renda, nessa direção Yazbek (2012) assegura que “embora a renda se configure como elemento essencial para identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza”. (pag.292). Pois fica claro que o PBF restringe a pobreza à falta de recursos financeiros, não considerando os demais meios complementares de sobrevivência citados pela autora. Ainda assim, não podemos deixar de afirmar a importância do Programa para as famílias beneficiárias, já que muitas se encontram em situações precárias de subsistência, como pais e responsáveis desempregados, necessitando que as crianças e adolescentes abandonem a escola para o trabalho precocemente em busca de contribuir financeiramente em casa. No que diz respeito a essa situação, Silva, Yazbek e Giovanni (2008) afirmam que

[...] a participação precoce da criança no mercado de trabalho, impossibilitando sua inserção no sistema educacional no presente, bloqueia a saída da pobreza de gerações futuras. Daí a proposição de que uma compensação financeira para cobrir os custos de oportunidades de rendimento que significa o trabalho infantil para as famílias pobres, permitindo a ida das crianças à escola, pode significar um esforço de articulação de objetivos sociais de curto prazo com objetivos sociais de longo alcance para romper o ciclo reprodutor da pobreza. (SILVA, YAZBEK E GIOVANNI, 2008, p. 202)

Conforme cita os autores são necessárias ações imediatas de combate à pobreza. Nessa direção consideramos que as políticas estruturantes são fundamentais para erradicar o trabalho precoce das crianças e adolescentes, oferecendo condições das mesmas frequentarem a escola regularmente.

3 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

É a partir da análise dos fatores socioeconômicos e pedagógicos que a pesquisa sobre o desempenho escolar dos alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família - PBF da Escola Estadual Prof. Antônio Maurity Monteiro Coelho foi desenvolvida. Nessa perspectiva,

consideramos importante destacar no estudo a questão da centralidade da educação nos atuais programas sociais desenvolvidos nos últimos governos no Brasil. Nesse contexto, a questão que norteia a presente pesquisa é: o Programa Bolsa Família - PBF tem contribuído para melhorar o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental na escola pública da cidade de Manaus?

Em busca de responder tal questão tem-se como modalidade de pesquisa acadêmica o estudo de caso, que segundo Ludke e André (1986):

o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, [...] ou complexo e abstrato. [...] O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.17).

Essa modalidade de pesquisa segundo as autoras possibilita um estudo mais denso da realidade pesquisada, levando em consideração a singularidade do estudo, sendo possível recorrer a diferentes tipos de dados.

Para Frigotto (1994), é indispensável no campo da pesquisa educacional levar em consideração os múltiplos aspectos que se relacionam na abordagem de um determinado problema. Sendo assim, o referido autor destaca que:

(...) vale ter presente que a busca consciente de uma postura materialista histórica na construção do conhecimento não se limita à apreensão de um conjunto de categorias e conceitos. Não se trata de homogeneizar o discurso. É preciso superar a abstratividade inicial dando-lhe concretude. Esse movimento é um movimento prático, empírico. Há, pois, a exigência necessária de uma concepção de realidade capaz de desvendar as “leis” fundamentais que estruturam um problema que se investiga, da exposição orgânica do avanço no conhecimento e de novas sínteses no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1994, p. 86).

Essa perspectiva, de abordagem qualitativa na pesquisa em educação, exige a adoção de procedimentos metodológicos que possibilitem a apreensão do movimento histórico da realidade que está sendo investigada. Para isso, torna-se importante não só o conhecimento das categorias que envolvem o objeto de estudo, como também a percepção dos vários fatores que se relacionam a problemática a ser investigada.

Nesse estudo o número de sujeitos envolvidos no processo da pesquisa corresponde a 4 (quatro) professores sendo 2 (dois) da disciplina de Língua Portuguesa, 2 (dois) da

disciplina de Matemática que ministram aulas no 5º (quinto), 6º (sexto), 7º (sétimo), 8º (oitavo) e 9º (nono) ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho. Assim como, a diretora da escola e 25 (vinte e cinco) alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) ano, o que totaliza 30 (trinta) sujeitos envolvidos no processo de investigação. A escolha dos alunos deu-se de forma aleatória entre os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família das referidas séries. A aplicação dos formulários com os alunos só ocorreu após a autorização dos pais através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico sobre a legislação do Programa Bolsa Família para compreender o papel da educação nessa política social. Além disso, fundamentou-se a pesquisa a partir do estudo da literatura existente sobre Programas de Transferência de Renda (PTR) com condicionalidades vinculadas à educação. No momento seguinte, foram conhecidas as ações desenvolvidas pela Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho no sentido de melhorar o desempenho dos alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família, através de uma entrevista semiestruturada com a diretora da escola, pois essa técnica “permite a capacitação imediata e corrente da informação desejada, [...] sobre os mais variados tópicos” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.34).

Posteriormente, aplicamos um questionário a 4 (quatro) professores, sendo 2 (dois) que ministram a disciplina de Língua Portuguesa e 2 (dois) que ministram a disciplina de Matemática aos alunos do 5º(quinto), 6º(sexto), 7º(sétimo), 8º(oitavo) e 9º(nono) ano da referida escola. Em seguida, foi feita a aplicação de formulários aos alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) ano para verificar a relação entre o Programa Bolsa Família e o desempenho escolar.

A razão de realizar a pesquisa de campo nesta escola deve-se ao fato desta instituição possuir um número elevado de alunos pertencentes ao PBF, destacando a pesquisa de Oliveira (2009) sobre o Programa Bolsa Família na cidade de Manaus, onde a mesma constata que a zona onde a escola está situada possui o maior número de escolas públicas que atendem um elevado número de alunos que são beneficiários do Programa Bolsa Família.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Histórico da Escola

A Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho, está situada no bairro Ouro Verde, na Zona Leste de Manaus iniciou suas atividades sendo uma escola comunitária, projetada pela Associação dos moradores do Bairro Ouro Verde e foi construída por meio de um mutirão pelos moradores do bairro. Com o crescimento da comunidade houve a necessidade de ampliar as instalações da escola, e com a doação de um novo terreno foi construída a nova escola.

A atual escola foi juridicamente oficializada pelo Diário Oficial do estado no dia 29 de março de 1994, de acordo com o art 1º do Decreto 15.879, que passava a ter validade desde o dia 1º de março de 1994, na gestão do Governador do Estado Sr. Gilberto Mestrinho Medeiros Raposo, e do Secretário de Educação Sr. Josué Cláudio de Souza Filho.

A referida escola tem como missão: encaminhar o aluno à aquisição do conhecimento socialmente construído e coletivamente vivido no respeito ao universo peculiar à origem sociocultural e histórica deste, preparando-o para exercer eficientemente com responsabilidade e ética sua cidadania, presente e futuro.

O patrono da escola, Antônio Maurity Monteiro Coelho, nasceu no dia 14 de dezembro de 1942. Estudou na Escola Ribeiro da Cunha a 1ª até a 4ª série, e prosseguiu seus estudos no Instituto Estadual do Amazonas – IEA cursando a 5ª série ao Magistério, concluindo a faculdade de Filosofia na Universidade do Amazonas. Foi professor de Língua Portuguesa em várias escolas de Manaus, e em cursos preparatórios. Faleceu no dia 6 de janeiro de 1992 em Manaus, aos 49 anos.

O total de alunos matriculados na escola no ano de 2011 corresponde a 1.443 (mil quatrocentos e quarenta e três), divididos em 8 (oito) turmas que vão do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. A escola possui 45 professores, 27 funcionários, uma área total construída de 524.514 m², sendo a área das salas de aula de 602 m².

Em relação ao custo por aluno no ano de 2011 tem-se os seguintes valores:

Custo por aluno (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental).....R\$1.415,97

Custo por aluno (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental).....R\$1.557,57

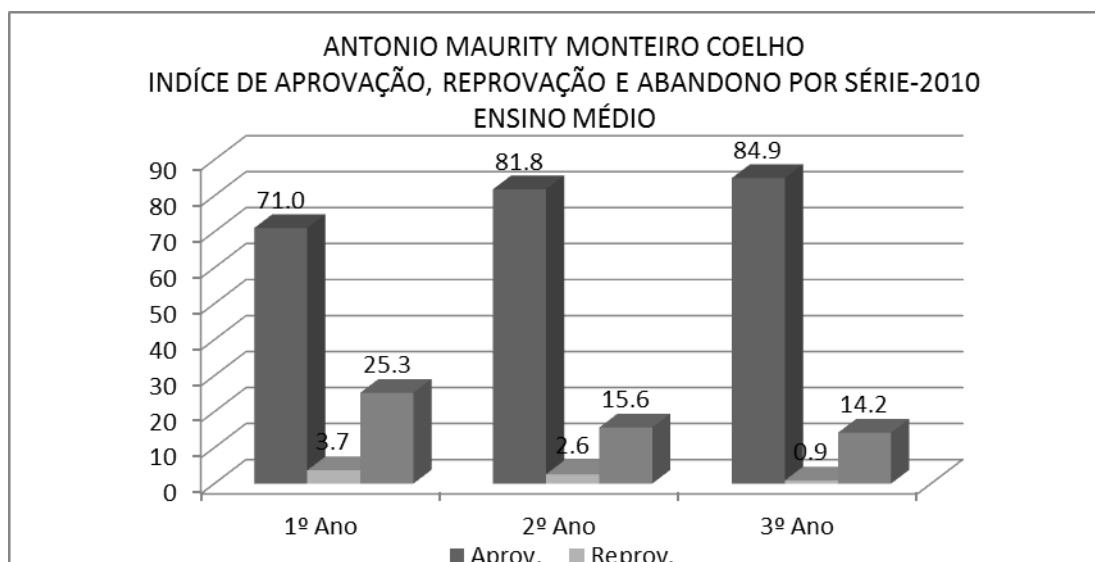
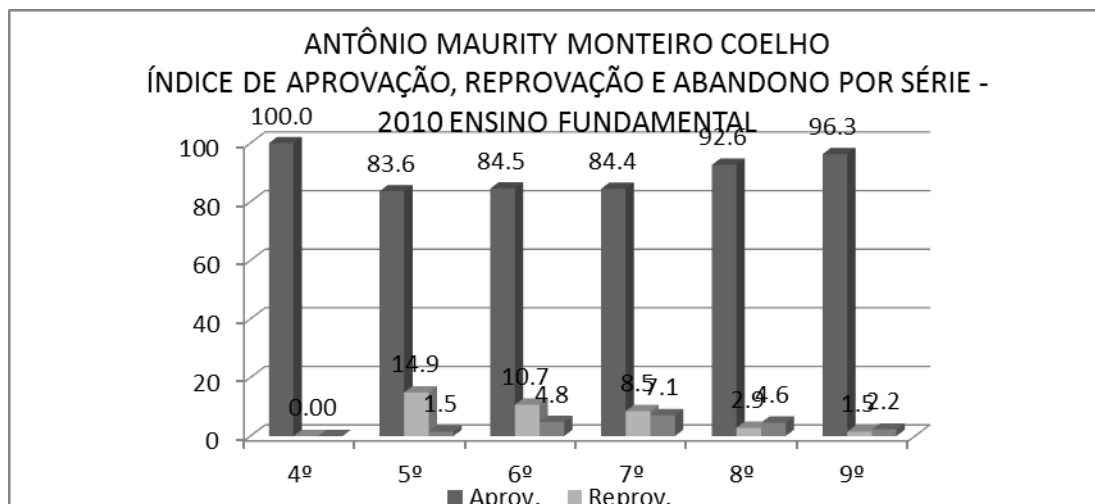
Custo por Aluno (Ensino Médio).....R\$1.699,17

A distribuição dos alunos nas diversas séries ocorreu da seguinte forma:

SÉRIES	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE
3º ANO DO ENSINO MÉDIO	270
2º ANO DO ENSINO MÉDIO	202
1º ANO DO ENSINO MÉDIO	203

9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	202
8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	209
7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	164
6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	122
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	71
TOTAL DE SÉRIES: 8	TOTAL DE ALUNOS: 1.443

No que se refere aos índices de aprovação, reprovação escolar no ano de 2010 tem-se os seguintes dados:



Nota-se que na escola pesquisada há um elevado índice de aprovação. Atualmente, percebe-se que o Programa Bolsa Família tem contribuído para melhorar esses índices uma

vez que existe um número significativo de alunos que pertencem ao programa. O número de alunos matriculados na escola no primeiro semestre de 2012 corresponde a 1.379 (Um mil trezentos e setenta e nove), desse total 405 (Quatrocentos e cinco) pertencem ao PBF, ou seja, em torno de 30% dos alunos matriculados na escola, e desse total 7% recebem o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente – BVJ.

4.2 PBF e desempenho escolar

Para discutir as estratégias desenvolvidas pela escola para aumentar o desempenho escolar dos alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família realizamos a entrevista semiestruturada com a gestora da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro.

No que se refere a esse aspecto, a diretora afirmou que o referido programa “é uma estratégia muito inteligente do Governo Federal”. A gestora também ressaltou que o método de avaliação é contínuo, com recuperação, premiações com o intuito de incentivar os alunos, além de trabalhar com base nas dificuldades dos mesmos. Em relação ao desempenho escolar dos alunos após o ingresso no PBF, a diretora avalia que houve uma mudança significativa na melhoria das notas dos alunos, a mesma cita o exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, onde a escola melhorou seu índice. No ano de 2007 a escola alcançou a média de 4.3, e no ano de 2009 atingiu o índice de 4.5 na avaliação realizada com os alunos do 5º ano. Sobre esse índice a gestora comenta que:

Atribuo também esse desenvolvimento aqui, esse indicador aqui, ao Programa Bolsa Família, porque são alunos que não faltam, são alunos assíduos, porque tem que ter, porque eles pedem a frequência desses alunos, o órgão responsável. (Diretora da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho)

Em relação a frequência escolar, de acordo com a diretora, os responsáveis tem uma grande preocupação em comunicar o motivo das faltas dos alunos, quando ocorre, principalmente por motivos de doença. Ao citar o caso de uma aluna, a diretora explica que:

Temos também uma (aluna) com C.A, com leucemia, ela também faz parte do programa, a mãe vem, traz os atestados, traz toda a documentação. Então [...] não é ainda do meu conhecimento abandono de alunos que tenham o Bolsa Família. Se eles saem, eles saem da escola pra outra escola, mas os pais tem esse cuidado de vir justificar. (Diretora da Escola Estadual Professor Antônio Maurity Monteiro Coelho)

A respeito das reuniões com os responsáveis, segundo a diretora, existe uma equipe responsável da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC que durante o ano realiza reuniões (em geral duas por ano) com os pais para esclarecer sobre as contrapartidas das famílias beneficiárias do PBF, e os pais também sempre recebem comunicados para comparecerem nos órgãos competentes. Além disso, a secretária da escola, responsável pela frequência dos alunos do Programa Bolsa Família, sempre orienta os pais quando há alguma pendência em relação ao PBF.

A partir do questionário aplicado aos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são apresentados os seguintes dados no quadro a seguir:

	SIM	NÃO
Você tem realizado cursos de aperfeiçoamento em sua área?	50%	50%
O número de alunos nas turmas contribui para a melhoria do desempenho escolar?	-	100%
Na escola há boas condições para desenvolver seu trabalho?	75%	25%

No que se refere a formação dos 4 (quatro) professores pesquisados, 2 (dois) possuíam Curso de Especialização e 2 (dois) não possuíam. Sobre o número de alunos em sala de aula e o desempenho escolar, a fala da gestora se contrapõe a dos professores. A diretora informa que a escola não tem salas superlotadas mas, a mesma afirma que tem em média 45 alunos por sala, e para manter o bom índice existem muitas estratégias e maneiras diferentes de atenuar esse problema da superlotação das salas. Uma delas é verificar com frequência se há alguma ausência de professor em sala de aula. Mas, todos os professores responderam que o número de alunos não contribui para a melhoria do desempenho escolar, com diversas justificativas, sendo levantadas algumas questões como a dificuldade de realizar avaliação individual, as carteiras que não são apropriadas para os alunos, e o número de alunos em relação ao ambiente pequeno. Segundo os professores, esse número de alunos em sala de aula prejudica o processo ensino-aprendizagem, uma vez que não é possível desenvolver bem as atividades e realizar um bom acompanhamento individual em salas de aula com 45 alunos.

No que diz respeito às condições para desenvolver o trabalho um dos professores ressaltou que ainda havia muita coisa para melhorar, principalmente no aspecto estrutura, explicando que se há boas condições de trabalho certamente o processo ensino-aprendizagem será bem sucedido. Foi destacada, também, a importância dos recursos pedagógicos e

tecnológicos que a escola oferece aos professores e alunos. As opiniões dos professores sobre as condições de realização do trabalho para desenvolver o processo ensino-aprendizagem também foram variadas, sendo ressaltada a importância da utilização dos recursos pedagógicos e tecnológicos para desenvolver o processo ensino-aprendizagem, incentivando os alunos.

De acordo com os professores, as principais dificuldades apresentadas pelos alunos são: a falta de domínio das operações básicas, dificuldades relacionadas à escrita, falta de interesse e concentração dos alunos, e a visão da Matemática como uma disciplina difícil de aprender. Ao serem indagados sobre o interesse dos alunos após ingressarem no PBF, um dos professores respondeu que às vezes tem a impressão que os alunos não se importam com isso.

O quadro a seguir apresenta o ano de ingresso no Programa Bolsa Família dos alunos entrevistados do quinto ao nono ano, sendo que 8% dos alunos entrevistados desconheciam o ano em que ingressaram no PBF.

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
4%	8%	16%	8%	-	20%	16%	20%

Observa-se que no ano de 2004 ingressaram no Programa Bolsa Família apenas 4% (quatro por cento) dos alunos entrevistados, esse percentual pode estar relacionado ao início da implementação do programa. Em seguida percebe-se que esse percentual dobra, alcançando maior índice em 2011. Nesse levantamento realizado junto à secretaria da escola observamos que 20% (vinte por cento) dos alunos entrevistados ingressaram no Programa em 2011.

No quadro que segue são apresentados os principais dados das entrevistas com os alunos.

	SIM	NÃO	OUTROS
Você acha que o dinheiro do PBF ajuda você nos estudos?	92%	-	8%
Você tinha alguma dificuldade nas matérias antes do PBF?	64%	36%	-
Você considera que o seu desempenho escolar melhorou após o ingresso no PBF?	80%	4%	16%
Você considera que hoje participa mais das aulas?	68%	24%	8%
Você faz suas tarefas de casa?	72%	-	28%
Você usa a biblioteca para fazer seus deveres escolares?	4%	96%	-
Você considera que seus professores incentivam você para a melhoria do seu desempenho escolar?	92%	-	8%

De acordo com o quadro acima, dos alunos entrevistados 92% (noventa e dois por cento) responderam que o dinheiro do Programa Bolsa Família ajuda nos estudos, principalmente no que se refere a compra de alimentos e materiais escolares. Dos educandos pesquisados 80% (oitenta por cento) consideram que o desempenho escolar melhorou após o ingresso no programa, devido o valor do benefício oferecer condições de comprar materiais básicos utilizados na escola, e em alguns casos, calçados e roupas novas para poder ir à instituição de ensino. A partir do quadro acima também observa-se que a maioria dos alunos não utilizam a biblioteca da escola, sendo um problema que gera muitos questionamentos, pois esse ambiente é especialmente dos alunos, uma vez que, através dos livros e outros meios de informação e conhecimento os estudantes podem pesquisar suas atividades e trabalhos, sobretudo os alunos que não tem acesso a outros meios de informação.

Observa-se também no quadro acima que 64% dos alunos tinham algum tipo de dificuldade antes de ingressarem no PBF devido principalmente a falta de condições em ir à escola, pelo fato de morar longe da mesma ou por motivos financeiros.

A pesquisa também demonstra que 92% dos professores incentivam os alunos de várias maneiras para a melhoria do desempenho escolar, como relata uma aluna a respeito do incentivo que os professores oferecem e sobre o benefício do PBF:

[...] eles (os professores) pedem pra *mim* prestar mais um pouco atenção, estudar em casa, ler mais, fazer as tarefas. [...] e com o dinheiro do bolsa família ela (minha mãe) compra mais materiais pra mim, [...] eu falto *só* umas duas vezes (no ano). Minha mãe ela compra assim roupa pra nós, materiais (escolares), materiais de construção pra casa, e *aí*, às vezes, com um pouco do dinheiro do meu pai ela faz o rancho. (A.F.S/aluna)

O incentivo dado pelos professores, sem dúvida, é muito importante para o prosseguimento dos estudos dos alunos, que nem sempre podem contar com o apoio da família, o que pode refletir no desempenho escolar, como relata uma aluna a respeito do seu pai: “Na verdade eu considero como se eu não tivesse um pai *por causa* que ele nunca se interessou pela gente, nem mora com a gente, nunca deu nada pra ajudar a gente.” (M.C.A.O/aluna). Dessa forma o estímulo e apoio nos estudos dado pelos professores pode contribuir também no desempenho do aluno na escola.

Sobre as atividades dos pais relacionados ao trabalho tem-se os seguintes dados: 4% dos pais realizam serviços temporários, 8% desconhecem a situação do pai, e 24% deles estão desempregados. Quanto às mães, 60% são donas de casa, ou seja, também estão

desempregadas, demonstrando que um número significativo de responsáveis das crianças e adolescentes beneficiárias do PBF não está inserido formalmente no mercado de trabalho.

A pesquisa realizada com os alunos beneficiários do programa também indica que o recebimento do benefício tem contribuído para a compra de alimentos, materiais escolares, roupas e transporte, como observa-se na fala de uma aluna do 6º ano:

O bolsa família ajuda em muitas coisas *tipo assim* quando precisa de uma roupa, um calçado, uma sandália pra vir pra calçar, é... alimento ajuda que só, no alimento que é o mais importante *né?* Que não pode faltar, e pra pagar alguma coisa que a gente *tá* devendo, que *tipo assim*: mamãe tirou fiado lá na taberna, vai lá e paga. (A.S.A/aluna)

Na investigação realizada, evidenciamos ainda as dificuldades dos alunos de frequentarem a escola antes de receber o benefício, como afirma um dos estudantes: “Tinha (dificuldades) porque antes eu morava longe, passagem todo dia não dava *né?*! Aí eu inteirava pra comprar passe com o Bolsa Família” (D.C.F.S/aluno). Constatamos que os entraves antes de receber o benefício do PBF são revelados pela totalidade da amostra estudada. Outra aluna relata suas dificuldades em relação ao transporte e alimentação da seguinte maneira:

Eu sempre estudei longe de casa *por causa que* nunca tinha vaga *assim pra* perto, aí antes de eu receber o Bolsa Família eu faltava quase todo dia, eu vinha uma vez na semana só! [...] e na verdade agora que estou recebendo o Bolsa Família *tá* ajudando a *botar* crédito na minha carteirinha, dinheiro *pra* eu vir pra escola. Ele beneficia muito a gente com roupas, calçados, comida, e acho que sem ele eu morreria de fome. (M.C.A.O/aluna)

A fala da aluna demonstra a importância do PBF para superar algumas dificuldades enfrentadas por sua família, no sentido de contribuir financeiramente para suas necessidades básicas, principalmente alimentação, bem como proporcionar condições de ultrapassar alguns obstáculos, como transporte para ter acesso à escola. No que se refere ao desempenho escolar e o benefício do Programa Bolsa Família uma aluna explica que

Eu sempre fui aplicada, eu sempre procurei tirar boas notas. (o benefício do PBF) Ajuda a comprar meus materiais. [...]. (O dinheiro do Bolsa Família) Ajuda sim, que a mamãe compra, *assim*, quando falta alguma coisa pra mim lápis, caderno, ela compra. Ela gasta com comida, roupa, *assim* o que a gente mais usa, ela compra material (escolar), ela compra comida e o remédio dela. (R.C.M.F/aluna)

Observa-se que apesar da aluna sempre buscar tirar boas notas na escola, o benefício contribui oferecendo suporte para seus estudos, principalmente na compra de materiais escolares quando há necessidade, a fala demonstra também que o interesse do aluno possibilita a melhoria do desempenho escolar. Em relação à forma em que as famílias gastam o valor do benefício do PBF tem-se os seguintes itens:

Alimentação	84%
Material escolar	84%
Roupa	52%
Pagamento de Contas	12%
Materiais de Construção	4%
Compra de Remédios	4%
Pagamento Via Embratel	4%
Necessidade para os irmãos	4%
Outros	4%

A maioria das famílias utiliza o benefício com a alimentação, material escolar e roupas. Dos alunos entrevistados 8% não sabem em que a família gasta o valor do benefício do PBF, e ficou evidente na fala da maioria dos entrevistados o diferencial que o valor do benefício faz para a compra desses itens.

Quanto ao desempenho dos alunos nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, temos os seguintes dados do ano letivo de 2011:

92,8%	Alcançaram conceitos e notas satisfatórias em Língua Portuguesa e Matemática
7,1%	Não obtiveram uma aprendizagem satisfatória em Língua Portuguesa e Matemática
92,8%	Alcançaram desempenho acima da média exigida em Língua Portuguesa
85,7%	Alcançaram desempenho acima da média exigida em Matemática
21,4%	Obtiveram notas inferiores em relação aos anos anteriores em Língua Portuguesa
14,2%	Obtiveram notas inferiores em relação aos anos anteriores em Matemática
78,5%	Alcançaram notas superiores em relação aos anos anteriores em Língua Portuguesa
85,7%	Alcançaram notas superiores em relação aos anos anteriores em Matemática

Os alunos do 5º ano não são avaliados por notas, e sim por conceitos como: Aprendizagem Satisfatória – AS e Aprendizagem Não Satisfatória – ANS. A partir dos dados apresentados, constata-se que os alunos melhoraram o desempenho escolar nas disciplinas de língua portuguesa e matemática após o ingresso no Programa Bolsa Família.

Considerações Finais

A partir da análise dos dados coletados percebe-se que o Programa Bolsa Família influenciou de maneira direta na diminuição da condição de privação das famílias beneficiárias, uma vez que 84% dos alunos entrevistados ressaltaram que o benefício do PBF é utilizado na compra de alimentação e material escolar, e 52% na compra de roupas.

Quanto às estratégias escolares para melhorar o desempenho dos alunos pertencentes ao PBF, a direção da escola utiliza alguns mecanismos para estimular os educandos de maneira geral, ou seja, não há atividades específicas para os alunos beneficiários do PBF. A escola desenvolve diversas ações para incentivar os alunos no processo ensino-aprendizagem, tais como: avaliações contínuas e premiações. Em relação às famílias beneficiárias a Secretaria de Educação realiza acompanhamentos periódicos por meio de equipes que trabalham somente com o Programa Bolsa Família dessa maneira são repassadas informações necessárias para os responsáveis sobre o cadastro no programa, e sobre as condicionalidades referentes a frequência escolar.

A análise sobre o desempenho escolar das crianças e adolescentes da amostra estudada, a pesquisa revela que 78,5% dos alunos melhoraram o desempenho em Língua Portuguesa e 85,7% em Matemática. A pesquisa também revelou que 92,8% dos educandos alcançaram desempenho satisfatório nas duas disciplinas analisadas. A partir desses dados conclui-se que a assiduidade dos alunos possibilita melhor desempenho em sala de aula, conseqüentemente sucesso na trajetória escolar dos alunos. Os educandos assinalaram ainda que o nível de participação nas aulas também aumentou com o recebimento do benefício do PBF, devido a diversos fatores, como a possibilidade de comprar os materiais básicos utilizados na escola, pois se a criança ou adolescente não possui os recursos necessários para dar continuidade aos estudos, conseqüentemente ela não terá as mesmas condições de participar das aulas em relação a outros que possuem todo suporte para estudar. Nesse sentido fica evidente a importância do benefício do PBF na escolaridade das crianças.

Apesar da centralidade da educação nos programas federais nos últimos anos, sabe-se que a condicionalidade da frequência escolar no PBF não garante qualidade à educação. Essa contrapartida da frequência escolar funciona apenas como um mecanismo de indução para

permanência do aluno na escola, ao acesso à rede de serviços públicos (OLIVEIRA, 2009). A contrapartida deveria ser do governo em oferecer condições das crianças e adolescentes em idade escolar ter uma educação de qualidade, buscando melhorias desde a estrutura das escolas até a formação dos professores. Nesse sentido, para alcançarmos média 6 (seis) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (atualmente na cidade de Manaus, a média do 5º ano é 4.3, e do 9º ano é 3.6 ⁵) é preciso implementar políticas públicas voltadas para o direito à educação com qualidade e consolidar os programas sociais que contribuam efetivamente com a trajetória escolar dos alunos.

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

Etapas realizadas

Atividades	ANO 2011					ANO 2012						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Leitura da bibliografia sobre o PBF	X											
Pesquisa de campo		X	X									
Análise parcial dos dados				X								
Relatório Parcial					X	X						
Aprofundamento da literatura sobre PBF						X	X					
Complementação dos dados da pesquisa de campo								X	X			
Análise total dos dados										X	X	
Elaboração do resumo e relatório final											X	

Etapas a realizar

⁵ Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 21 de Agosto de 2012.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 19/12/2011.

BRASIL, Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação; Prova Brasil: ensino fundamental; Matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

CAMPOS, M. *Educação e Políticas de combate à pobreza*. 2003. Disponível em: <http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/avaliacao/educacao_politicas_pobrez a.pdf>. Acesso em 17 de Abril de 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Enfoque da Dialética Materialista na pesquisa Educacional. IN: FAZENDA, Ivan (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

GIOVANNI, Geraldo di; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. *A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

KUNNEMAN, Rolf; LEONHARD, Ralf. *Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio: uma abordagem de direitos humanos*. Organização: Irio Luiz Conti, Enéias da Rosa; tradução Vilma Schneider. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

LIMA , Antônia Jesuíta de; [et al.]; SILVA, Maria Ozanira da Silva e, (coord.). *O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí*. – São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG. Sumário Executivo. *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. 2007.

NUNES, A. S.; NASCIMENTO, I. O.; SILVA, R. V. S. *Rendas do Trabalho, distribuição de renda, desigualdade e pobreza*. 2007. Disponível em: <<http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/12-antonio-isabela-rosi.pdf>> Acesso em 16 de abril de 2011.

OLIVEIRA, Sônia Selene Baçal de. *O Programa Bolsa Família na cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social escolar*. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. *Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos*. São Paulo: Cortez, 2010.

WALTEMBERG, Fábio. *Benefício adicional em função do desempenho escolar das crianças: uma proposta equivocada de modificação do programa Bolsa Família*. 2010. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/benef%C3%ADcio-adicional-em-fun%C3%A7%C3%A3o-do-desempenho-escolar-das-crian%C3%A7-uma-proposta-equivocada-de-modifica%C3%A7%C3%A3>>. Acesso em 17/12/2011.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n.110, p.288-322, abr/jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282012000200005&Ing=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em 27/06/2012.